

REFUNDAR E SUPERAR O MERCADO DE TRABALHO

Thomas Coutrot e Michel Husson

Artigo a sair proximamente na revista *Viento Sur*

«No dealbar do terceiro milénio», a ideia de uma grande transformação do trabalho assalariado é amplamente maioritária: estamos de facto numa encruzilhada. Mas, atenção: por detrás de palavras semelhantes escondem-se projectos socialmente contraditórios. Por sob discursos aparentemente convergentes sobre o novo modelo de trabalho, sobre a nova economia (pelos vistos, tudo é novo!), vamos encontrar o melhor ou o pior, consoante as dinâmicas sociais subjacentes. Reina a ambivalência: para evitar as armadilhas, há que começar por recusar todos os determinismos invocados pelo pensamento único, na grande tradição do «Tina» (There is no alternative) de Margaret Thatcher. É curioso ver como os liberais vão buscar ao marxismo o que este tem de pior, a saber, uma visão determinista e fetichizada do progresso. Assim, as novas tecnologias levariam inelutavelmente ao reforço das desigualdades e da exclusão, na medida em que só os «melhores» conseguiriam adaptar-se às convulsões que elas trazem consigo; a mundialização implicaria fatalmente o desmantelamento das protecções sociais solidárias e a criação de débeis redes de segurança reservadas aos excluídos. No entanto, as novas tecnologias, tal como a mundialização, são pelo contrário oportunidades históricas portadoras de um considerável potencial de libertação social, que passa por uma diminuição radical do tempo de trabalho e uma ampliação sem precedentes dos horizontes de cada ser humano. Não têm fatalmente que conduzir ao subemprego, à regressão social ou ao sofrimento no trabalho. É o enquadramento capitalista em que se inserem as inovações que afoga as suas potencialidades e as transforma inclusive em verdadeiros flagelos sociais.

Rendimento universal garantido ou pleno emprego?

Anunciam-nos a cada passo que o «fim do trabalho» há-de fazer do pleno emprego uma espécie de anacronismo, por efeito de uma irremediável perda de substância do valor-trabalho. Não se trataria apenas de um jogo de palavras : o retrocesso do trabalho como valor social derivaria de uma dissolução da lei do valor-trabalho. Passaria a ser preciso tão pouco trabalho para produzir uma mercadoria, que a teoria segundo a qual é este dispêndio de trabalho o que regula o seu preço – o seu valor - perderia toda a validade.

Parece-nos que se passa exactamente contrário: a razão por que o capitalismo passou a funcionar de forma regressiva é justamente a sua incapacidade para utilizar outro cálculo económico além do fundado no dispêndio de trabalho. Responder-nos-ão que as mercadorias são cada vez mais imateriais, o que seria incompatível com o valor-trabalho. Mas este não está reservado à produção de bens físicos por trabalhadores manuais. A mercadoria é um produto (um bem ou um serviço) do trabalho assalariado, que é vendida com o objectivo de valorizar um capital. Deste ponto de vista, em que é que o desenvolvimento dos serviços e da informação modifica a natureza da mercadoria? Por mais mercadorias virtuais que as *start-up* da «net-economia» vendam (e nem todas, aliás, o fazem), tal não as dispensa de exigências de rentabilidade, como mostram as primeiras e fortes decepções registadas neste sector. É óbvio que há certamente problemas de «delimitação individual » da mercadoria, no caso por exemplo de programas reprodutíveis a custos muito reduzidos, mas trata-se de uma questão que diz respeito sobretudo à repartição do lucro entre diferentes capitais, não apresentando dificuldade teórica de maior.

Outro argumento consiste em dizer que os salários representam uma fracção cada vez mais reduzida dos custos. Que a parte dos salários no valor acrescentado baixa, é inegável. Mas tal não implica que vá sendo gradualmente reduzida a uma quantidade desprezável, pois, a ser assim, dificilmente se explicaria a energia despendida pelo patronato para reduzir a massa salarial, o volume de efectivos, etc. Quando uma empresa compra os serviços de uma firma de serviços informáticos ou de limpeza, as somas que consagra a isso reduzem-se no fim de contas a salários, mesmo não sendo contabilizadas na rubrica de «gastos com pessoal». A nível global, os salários representam cerca de dois terços do valor acrescentado das empresas. Em definitivo, a lei do valor continua a funcionar, e os ganhos de produtividade não implicam de modo algum que a produção de riqueza se tenha autonomizado relativamente aos custos de trabalho.

O argumento central dos defensores do «fim do trabalho» continua a ser a «revolução da informação» que provocaria progressos fulgurantes de produtividade. Quando postos perante os factos, que evidenciam pelo contrário uma desaceleração da produtividade (cf. Supra), respondem que hoje as estatísticas subestimam consideravelmente a produtividade, porque, numa relação de serviços, é muito difícil medi-la. Mas, mesmo que haja subavaliação da produtividade, um aumento fulgurante desta significaria que, com um mesmo gasto de trabalho, se produzem muitos mais bens e serviços reais. No entanto, a maioria dos consumidores não está submergida por uma massa de mercadorias produzidas num abrir e fechar de olhos ou de serviços *high tech*; acontece, inclusive, totalmente o contrário, com um congelamento quase universal do salário e o aumento da precariedade e da pobreza. Tal é incompreensível: quem diz enorme produtividade diz enorme quantidade de bens e serviços produzidos, e, por conseguinte, superabundância, pelo menos potencial. Decididamente, faltam aqui bastantes etapas no raciocínio.

Mesmo que os ganhos de produtividade venham a acelerar no futuro, há múltiplas maneiras de as utilizar. A redução do tempo de trabalho é uma delas, e permite evitar o aumento do desemprego. Até nova ordem, são as leis da economia capitalista que seleccionam as utilizações compatíveis com as suas modalidades de funcionamento e que restringem as possibilidades de decisão de conjunto. Insistimos neste ponto: uma progressão rápida da produtividade não representa um risco de regressão, uma ameaça social, senão na medida em que as relações sociais capitalistas obstaculizam a sua distribuição racional e equitativa.

As teses sobre «o fim do trabalho» conduzem, porém, a uma conclusão muito diferente: o pleno emprego estaria definitivamente fora do nosso alcance e haveria que substituí-lo pela perspectiva de um rendimento garantido para todos, independentemente de toda e qualquer contribuição para a produção. No entanto, esta afirmação nunca é claramente esclarecida. Os raciocínios oscilam entre uma resignação teorizada a partir da realidade observável («É o único terreno em que se pode avançar») e um modelo utópico que extrapola indevidamente fenómenos marginais («É a única reivindicação verdadeiramente subversiva»).

A realidade observável é que a diminuição do tempo de trabalho é muito lenta e que, por isso, o pleno emprego parece coisa longínqua. Um rendimento universal garantido viria modificar radicalmente este quadro? Depende. Se se trata de um rendimento garantido «suficiente», como propõe André Gorz, isto é, da ordem de 650 a 800 euros por mês e por pessoa (menor ou adulta), sem suprimir a segurança social, então poderá efectivamente tratar-se de um instrumento de libertação (fora) do trabalho: mas tal pressupõe, em França, uma redistribuição radical dos rendimentos (400 mil milhões de euros a financiar, isto é, 30% do PIB!). Será mais

fácil de realizar que uma «boa» redução do tempo de trabalho criadora de empregos? É de duvidar: se partirmos do postulado de que «o emprego acabou», privamo-nos de um importante terreno de luta, o da empresa e da relação capital-trabalho, que sempre foi – e, em grande medida, continua a ser – central para a construção das relações de força sociais.

Em contrapartida, a maior parte dos projectos situam o nível do rendimento garantido em cerca de 250 a 350 euros, em substituição das actuais prestações sociais; tratar-se-ia nesse caso de uma grande regressão. Na sua versão liberal, o rendimento mínimo é concebido como uma esmola aos «inempregáveis» que permite ficar com as mãos livres para liberalizar o mercado de trabalho e suprimir o SMIC (Salário Mínimo Interprofissional) limitando os riscos de explosão social.

Há pois que evitar uma estratégia exclusivamente fundada na perspectiva de um rendimento garantido desconectada da esfera produtiva: a recuperação recente do emprego permitiu por outro lado introduzir um pouco de razão prática neste debate. Se o projecto de rendimento garantido não for acompanhado pela perspectiva de um regresso ao pleno emprego mediante uma política de redução do tempo de trabalho, corre-se o risco de ratificar no imediato o dualismo social que separa os que têm acesso ao emprego (e, por conseguinte, ao salário) dos demais, que só teriam acesso a um rendimento realmente mínimo.

Esta posição é coerente com a nossa análise segundo a qual é a não redução do trabalho que cria desemprego em benefício de reduzidas camadas sociais que beneficiam da redistribuição de rendimentos financeiros. De um ponto de vista estratégico, a reivindicação de um rendimento garantido incondicional de bom nível deve ser adoptada pelo movimento social, dado que o capitalismo exclui duradouramente pessoas do trabalho, negando-lhes por conseguinte rendimentos decentes. Tratar-se-ia de um rendimento social garantido que cobriria toda uma gama de situações como o desemprego, a reforma e os tempos de formação – incluindo a formação inicial – para os estudantes do secundário e os estudantes adultos. É razoável estimá-lo ao nível do actual SMIC (Salário Mínimo Interprofissional), o qual deverá ser, por sua vez definido, recorde-se, por referência à satisfação das necessidades mínimas. Mas enquanto a penosidade do trabalho não seja compensada pelo seu interesse, pelo reconhecimento e a integração social que traz consigo, parece desejável que o facto de trabalhar proporcione um rendimento superior a esse mínimo. Para um rendimento mínimo líquido de 800 euros, poderia ter-se, por exemplo, um salário mínimo de 1.100 euros. A nossa proposta vai no sentido de inverter o discurso sobre as armadilhas de pobreza que conduz a tomar como norma o SMIC actual, por vezes até metade do SMIC, e a sugerir depois que os mínimos sociais devem ser inferiores a essa norma. Aceitaremos uma «exoneração», mas que funcione ao invés e represente o preço que têm que pagar os patrões para convencer os indivíduos que já dispõem de um rendimento decente a aumentar esse rendimento mediante o seu trabalho.